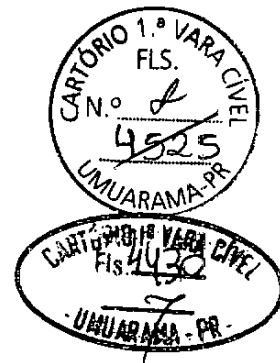
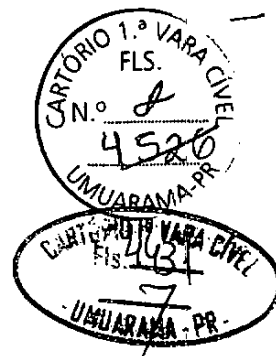


CAPELATI E CIA LTDA.
AGROPECUÁRIA INVERNADA REDONDA LTDA.
NAGA COMÉRCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA.
SANTA GEMMA ALIMENTOS LTDA.
Todas em Recuperação Judicial



ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
APRESENTADO NOS AUTOS No. 0010050-84.2010.8.16.0173, DO 1º
OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA - PR

Umuarama - PR
2013



Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial
apresentado, com base no art. 53 da Lei
11.101/2005, nos autos do Processo nº, 0010050-
84.2010.8.16.0173, do 1ª Ofício Cível da Comarca
de Umuarama – PR.

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2.	TERMOS E DEFINIÇÕES	4
3.	OBJETIVOS DESTA PROPOSTA	7
4.	CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS	8
5.	MEIOS DE RECUPERAÇÃO	8
6.	ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDORES	9
6.1	ALIENAÇÃO DO IMÓVEL	9
6.2	GERAÇÃO DE CAIXA FUTURA	10
7.	FORMAS DE ALIENAÇÃO DO IMÓVEL	10
7.1	Alienação Judicial	10
7.1.1	Procedimentos para Alienação Judicial:	10
7.1.2	Cronograma de Alienação Judicial	11
7.1.3	Condições para Propostas de Aquisição:	12
7.2	Alienação Direta	12
7.2.1	Procedimentos para Alienação Direta:	12
7.2.2	Cronograma de Alienação Direta	13
7.2.3	Condições para Propostas de Aquisição:	13
8.	PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COM A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL UMUARAMA	14
9.	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS	15
10.	AUSÊNCIA DE SUCESSÃO E GRAVAMES.	15
11.	PASSIVO TRIBUTÁRIO	16
12.	REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	16
13.	INVALIDADE PARCIAL	16
14.	OBRIGAÇÕES COM A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E ESTE ADITIVO	17
15.	ENCERRAMENTO DO PROCESSO	17
16.	LEI APLICÁVEL	17
17.	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	17



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

I – Considerando que em 07 de outubro de 2010, as empresas Capelati e Cia Ltda., Agropecuária Invernada Redonda Ltda., Naga Comércio de Biscoitos e Massas Ltda., Santa Gemma Alimentos Ltda. (“Recuperandas”), ingressaram com pedido de recuperação judicial, com fundamento na Lei nº 11.101, de 19 de fevereiro de 2005 (“LFR”) perante o MM. Juízo do 1º Ofício Cível da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná (“Juízo da RJ”), processo registrado sob o nº 0010050-84.2010.8.16.0173, visando à superação de sua crise econômico-financeira;

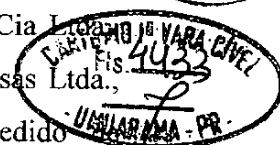
II – Considerando que, em 11 de novembro de 2010, foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Recuperandas, nomeando como Administrador Judicial Dr. Paulo Afonso Rodrigues (“Administrador Judicial”);

III – Considerando que as Recuperandas, em 20 de dezembro de 2010, apresentaram seu plano de recuperação judicial (“Plano Original”) que previa o pagamento integral de todos os Credores Sujeitos aos efeitos da recuperação judicial através de sua geração de caixa futura;

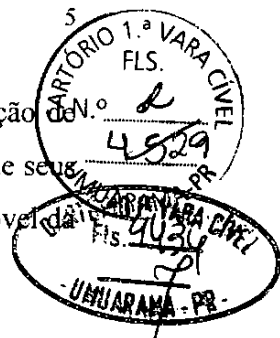
IV – Considerando os despachos proferidos pelo Juízo da RJ dando as Recuperandas novo prazo para apresentar uma retificação ao Plano Original, visto ao longo tempo decorrido desde a sua apresentação;

V – Considerando que desde a impetração da recuperação judicial as Recuperandas vem mantendo atividade normal em uma de suas unidades produtivas, empregando cerca de 163 funcionários diretos e que no exercício de 2012 totalizou um faturamento de R\$ 18,5 milhões;

VI – Considerando que dentre as reestruturações realizadas pelas Recuperandas, durante este período em que se encontram em recuperação judicial, foi a redução significativa das atividades na unidade produtiva de Umuarama – PR;



VII – Considerando a oportunidade dada pelo M. Juízo da RJ para a apresentação de uma retificação ao Plano Original as Recuperandas decidiram disponibilizar um de seus principais ativos para o pagamento dos credores através da desmobilização do imóvel da planta industrial de Umuarama - PR;



Assim, resolvem as Recuperandas trazerem o presente Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial ("Aditivo ao PRJ"), que passa a ser parte integrante do Plano Original, e ambos serão submetidos em conjunto à votação pela assembleia geral de credores.

2. TERMOS E DEFINIÇÕES

Os termos e expressões abaixo, sempre que utilizados neste documento, terão os significados que lhes são atribuídos neste item. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no masculino ou no feminino, sem alteração de significado. A lista abaixo não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo de todo este Aditivo ao PRJ:

"AGC": Assembleia Geral de Credores, convocada e instalada na forma prevista na LRF;

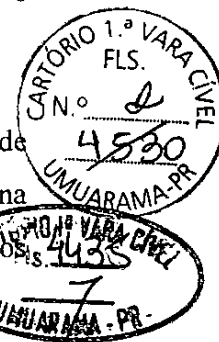
"Alienação Judicial": procedimento de leilão para alienação do Imóvel Umuarama, realizado nos termos do artigo 142 da LRF;

"Alienação Direta": procedimento para alienação do Imóvel Umuarama diretamente ao adquirente, realizado nos termos do artigo 144 e 145 da LRF;

"Corretor": profissional ou empresa a ser contratada para assessoramento no processo de Alienação Direta do Imóvel Umuarama;

"Créditos Sujeitos": são os créditos sujeitos aos efeitos do processo de Recuperação Judicial e existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com as Recuperandas;

6



“Créditos não Sujeitos”: são créditos que não eram sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial, nos termos do artigo 49, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com as Recuperandas;

“Créditos Extraconcursais”: são créditos não sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial, e se tratam de obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados após a data da distribuição do pedido de recuperação judicial;

“Créditos Quirografários”: são os Créditos Sujeitos não garantidos por garantia real, cessão ou alienação fiduciária, ou qualquer tipo de propriedade fiduciária ou reserva de domínio;

“Créditos com Garantia Real”: são os Créditos Sujeitos garantidos por penhor, hipoteca ou caução existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial contra as Recuperandas;

“Créditos Trabalhistas”: são os Créditos Sujeitos de natureza trabalhista e/ou acidentária, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial contra as Recuperandas;

“Credores Sujeitos”: são os credores titulares de créditos concursais, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial;

“Credores não Sujeitos”: são os credores titulares de Créditos não Sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do artigo 49;

“Credores Quirografários”: são os credores titulares de Créditos Quirografários;

“Credores Trabalhistas”: são os credores titulares de Créditos Trabalhistas;

“Credores com Garantia Real”: são os credores titulares de Créditos com Garantia Real;

7

"Data de Homologação": data da publicação da decisão que homologar o Plano Original e o Aditivo ao PRJ no diário de justiça eletrônico do Estado do Paraná;

"Laudo de Avaliação": Estudo realizado para determinação do valor de mercado do Imóvel Umuarama realizado por empresa especializada.

"LRF": Lei No. 11.101/05 – Lei de Recuperação Judicial e Falências; e

"Taxa Selic": É a taxa básica utilizada pelo Banco Central do Brasil como referência pela política monetária do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

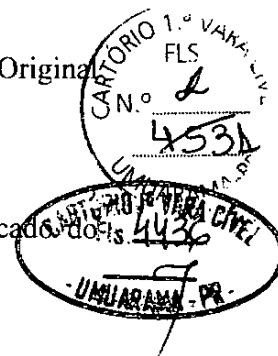
3. OBJETIVOS DESTA PROPOSTA

O objetivo principal das Recuperandas ao impetrar seu pedido de recuperação judicial foi o de viabilizar a superação da crise econômico-financeira em que se encontrava e, na forma da lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais com o pagamento dos seus credores, de forma a propiciar não só o cumprimento de suas obrigações, e também sua função social.

Assim, o presente Aditivo ao PRJ, tem por objetivo viabilizar aos credores uma nova forma de pagamento que seja justa, factível e equilibrada, através da alienação de um imóvel, onde o produto arrecadado será utilizado para a manutenção das atividades das Recuperandas e para o pagamento sustentável e ordenado de suas obrigações, permitindo a manutenção da fonte produtora, dos empregos, do interesse dos credores, promovendo a preservação das Recuperandas, suas funções sociais e o estímulo à atividade econômica, em linha com o princípio maior adotado pela LRF.

Portanto, o presente Aditivo ao PRJ tem como origem o anseio econômico de preservação do negócio aliado à possibilidade de pagamento aos credores e a manutenção das atividades da empresa, mesmo que com nível inferior ao que já realizou.

Resumindo, os principais objetivos do presente Aditivo ao PRJ são: (i) preservar o negócio das Recuperandas como entidade econômica geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício de sua função social; (ii) permitir a superação da crise econômico-financeira, recuperando-se o valor econômico do negócio e de seus ativos; (iii) reestruturar as operações das Recuperandas; e (iv) atender os interesses dos



credores, de forma a permitir o pagamento de seus créditos, mediante estrutura de pagamentos baseada na alienação de parte seus ativos ou através de sua geração de caixa de futura.



4. CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

As Recuperandas são detentoras de dois parques industriais, localizados nas cidades de Umuarama - PR e Santa Helena - PR. De forma a fazer face à reestruturação que se faz necessária, para viabilizar um plano de pagamento sustentável a seus credores, as Recuperandas deverão alienar o imóvel da unidade industrial de Umuarama - PR, que trata-se da unidade que atualmente encontrasse com atividades reduzidas ("Imóvel Umuarama").

Desta forma, a continuidade das atividades das Recuperandas dar-se-á através da manutenção das atividades na unidade de Santa Helena ("Negócio Remanescente"), tudo a fim de cumprir o pré-requisito do artigo 133, § 1º, inciso II, do CTN.

Para viabilizar a capacidade industrial do Negócio Remanescente na unidade de Santa Helena tornando-a economicamente viável, haverá a necessidade de investimentos tanto em seu parque industrial, como em capital de giro próprio.

Assim, as Recuperandas conseguirão manter as suas atividades empresariais do Negócio Remanescente na unidade de Santa Helena, em um volume menor, porém suficiente para continuidade do negócio e pagamento dos débitos que não serão quitados com esta alienação, alinhando com o princípio de preservação do negócio, nos termos da LRF, mas também demonstrando o desejo de realizar o pagamento de seus credores, mesmo que para isso seja necessário à alienação/desmobilização de parte dos seus ativos.

Com este parque industrial, os investimentos e com a liquidação de boa parte do seu passivo através da alienação do Imóvel Umuarama, as Recuperandas terão plenas condições de superar o momento de crise vivenciado, mantendo-se econômica e financeiramente viável e capaz de honrar com suas obrigações.

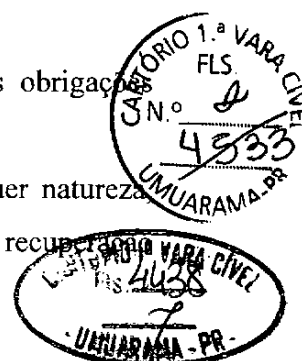
5. MEIOS DE RECUPERAÇÃO

Nos termos do artigo 50 da LRF, este Aditivo ao PRJ propõe que as Recuperandas utilizem, dentre outros, os seguintes meios de recuperação:

- i. Venda parcial dos bens;

9

- ii. Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- iii. Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial;



6. ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDORES

Conforme já exposto no item 4, as Recuperandas disponibilizarão para a alienação o Imóvel Umuarama, onde o produto arrecadado servirá para a manutenção de suas atividades empresariais e para o pagamento ordenado de seus credores, conforme disposto a seguir. Caso esta alienação não venha a ser concretizada por falta de interessados em sua aquisição na alienação judicial e/ou direta a ser realizada ou por qualquer outro motivo que impeça a realização da mesma, as Recuperandas manterão as atividades como já vem realizando hoje, destinando a geração de caixa futura para o pagamento de seus credores, nos termos do Plano Original.

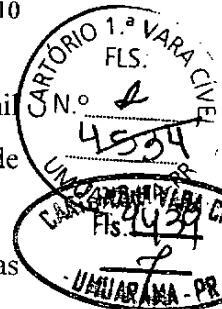
6.1 ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

De forma a fazer face à reestruturação que se faz necessária para viabilizar um plano de pagamento sustentável a seus credores, as Recuperandas deverão alienar o Imóvel Umuarama, isolados dos riscos da sucessão tributária, previdenciária e trabalhista das Recuperandas, exatamente como previsto na LRF, especialmente no seu art. 60, combinados diretamente ou por analogia aos artigos 141 II, 142, 144 e 145, e na alteração ao Código Tributário Nacional feita pela LC 118, de 09/02/2005, com destaque ao disposto no seu art. 133, § 1º, inciso II.

O Imóvel Umuarama trata-se de uma planta industrial registrada no 1º Ofício Civil de Umuarama /PR sob diversas matrículas que estão descritas no Laudo de Avaliação em anexo, que totalizam uma área de 25,6 mil metros quadrados e 12,9 mil metros quadrados de área construída, localizado na Rua Naga, S/N, Parque Industrial III, no município de Umuarama - PR, onde os equipamentos de produção ali instalados deverão ser totalmente transferidos para a unidade produtiva de Santa Helena, ficando assim o imóvel livre e desocupado para a alienação.

Este imóvel foi avaliado, por engenheira competente e reconhecida por sua capacidade técnica no mercado – Cláudia de Andrade Bezerra Zanusso, CREA/PR nº 20.627-D,

10



pelo valor de mercado de R\$ 12.516.000,00 (doze milhões, quinhentos e dezesseis mil reais). Caso as Recuperandas entendam necessário, poderá ser realizado novo Laudo de Avaliação, de forma a adequar este valor a novas condições de mercado.

Para que ocorra a alienação do Imóvel Umuarama, poderão ser realizadas duas formas de alienação: i) Alienação Judicial, através de leilão com propostas fechadas que ocorrerá nos termos do item 7.1 a seguir; e ii) caso a Alienação Judicial não tenha sucesso, as Recuperandas continuarão buscando alienar o Imóvel Umuarama através de Alienação Direta, nos termos do item 7.2 a seguir;

Para assessorar as Recuperandas na alienação do Imóvel Umuarama, as Recuperandas poderão contratar Corretores de imóveis para assessorá-las na busca de interessados na aquisição.

6.2 GERAÇÃO DE CAIXA FUTURA

Destaca-se que as Recuperandas vem mantendo normalmente suas atividades, preservando os empregos de seus 163 funcionários, gerando renda e mantendo o valor de sua marca e ativos. Assim, caso por qualquer motivo não seja implementada a alienação do Imóvel Umuarama, seja de forma judicial ou direta, os credores serão pagos através da continuidade das operações das Recuperandas, com a geração de caixa futura, nas condições e prazos estabelecidos no Plano Original.

7. FORMAS DE ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

7.1 Alienação Judicial

O procedimento de Alienação Judicial do Imóvel Umuarama ocorrerá nos termos do art. 142 da Lei 11.101/05, conforme condições e cronograma expostos a seguir.

7.1.1 Procedimentos para Alienação Judicial:

- a) As Recuperandas buscarão diretamente interessados em oferecer propostas na alienação judicial do Imóvel Umuarama;
- b) As Recuperandas peticionarão junto ao processo solicitando ao Juízo da RJ a publicação de edital de convocação do processo competitivo através de propostas fechadas, que deverão ser apresentadas em dois momentos distintos, como abaixo explicitado. O edital necessariamente conterà: i) prazo para a

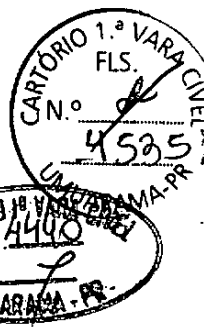
11

apresentação de propostas; ii) forma e local de entrega das propostas; iii) critérios para aprovação da proposta de aquisição; iv) formas de pagamento; v) valor mínimo; vi) local e data de abertura dos envelopes; e vii) descrição do imóvel;

- c) Os envelopes lacrados serão abertos pelo Juízo da RJ, com a presença das Recuperandas, do Administrador Judicial, do Ministério Público e Credores interessados;
- d) Os interessados na aquisição do Imóvel Umuarama deverão apresentar, juntamente com sua proposta de aquisição, um atestado de capacidade financeira que demonstre as plenas condições financeiras de cumprir com a proposta apresentada;
- e) Será declarada "Vencedora" a proposta de aquisição que contiver a oferta de maior valor;
- f) Com a homologação da Alienação Judicial o Vencedor deverá realizar o depósito do valor integral ou do sinal, de acordo com sua proposta apresentada, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial;
- g) Com o depósito judicial, serão expedidos os documentos necessários para transferência do imóvel para pessoa física ou jurídica a ser indicada pelo Vencedor;
- h) Observadas as formalidades legais, os valores depositados em conta judicial, conforme item "F" acima, serão liberados para o cumprimento do plano, conforme item 8, a seguir;
- i) Caso não haja a apresentação de qualquer proposta de aquisição do Imóvel Umuarama dentro do prazo estipulado ou as propostas não atendam as condições estabelecidas no item 7.1.3, será realizado a segunda hasta pública nas datas marcadas no edital;
- j) Caso novamente na segunda hasta pública não ocorra apresentação de propostas de aquisição ou estas não atendam as condições estabelecidas, iniciará automaticamente o procedimento de Alienação Direta, nos termos do item 7.2.

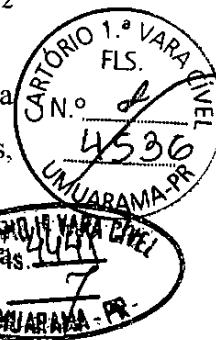
7.1.2 Cronograma de Alienação Judicial

- a) A petição para a publicação do edital do processo competitivo deverá ser realizada pelas Recuperandas em até 15 (quinze) dias após a Data da Homologação;



12

- b) O edital de Alienação Judicial deverá prever prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas de aquisição para a primeira hasta pública, e, após, mais 30 (trinta) dias para a segunda;
- c) O proponente declarado Vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da homologação, para realizar o depósito judicial, nos termos da sua proposta.



7.1.3 Condições para Propostas de Aquisição:

Serão consideradas válidas as propostas de aquisição que obedecerem as seguintes condições:

- a) As propostas deverão ser apresentadas através de envelopes lacrados;
- b) Os envelopes lacrados deverão ser entregues em cartório ou no local determinado pelo Juízo da RJ, no prazo estipulado no cronograma anterior;
- c) O valor mínimo de oferta para a primeira hasta pública será de 80% (oitenta por cento) do valor apurado no Laudo de Avaliação e para a segunda hasta pública será de 70% (setenta por cento) a ser pago em moeda corrente nacional;
- d) Em caso de propostas com pagamentos a prazo, o proponente deverá prestar garantia idônea e estas não poderão prever prazo superior a 12 (doze) meses, com valor mínimo de sinal à vista de 30% (trinta por cento) do valor total ofertado, corrigidos pela Taxa Selic vigente na época.

7.2 Alienação Direta

Caso por qualquer motivo não ocorra a Alienação Judicial do Imóvel Umuarama, as Recuperandas deverão realizar a Alienação Direta, de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos neste item.

7.2.1 Procedimentos para Alienação Direta:

- a) As Recuperandas continuarão buscando diretamente e através de Corretores a alienação do Imóvel Umuarama durante o prazo estipulado no cronograma a seguir;
- b) Durante este prazo as Recuperandas deverão peticionar junto ao Juízo da RJ todas as propostas recebidas;
- c) O interessado na aquisição do Imóvel Umuarama deverá apresentar juntamente com sua proposta de aquisição, um atestado de capacidade financeira que

13

demonstre que este terá plenas condições financeiras de cumprir com a proposta apresentada;

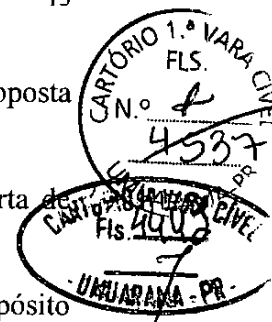
- d) Será declarada "Vencedora" a proposta de aquisição que contiver a oferta de maior valor;
- e) Com a homologação da Alienação Direta o Vencedor deverá realizar o depósito do valor integral ou do sinal, de acordo com sua proposta apresentada, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial;
- f) Com o depósito judicial, serão expedidos os documentos necessários para transferência do Imóvel Umuarama para pessoa física ou jurídica a ser indicada pelo Vencedor;
- g) Observadas as formalidades legais os valores depositados em conta judicial, conforme item "e" acima, serão liberados, para o cumprimento do plano, conforme item 8 a seguir;
- h) Caso não haja a apresentação de qualquer proposta de aquisição do Imóvel Umuarama, dentro do prazo estipulado, ou as propostas não atendam as condições estabelecidas no item 7.2.3 as Recuperandas deverão pagar os seus credores através de sua geração de caixa futura, nos termos do Plano Original;
- i) As Recuperandas poderão continuar tentando alienar o Imóvel Umuarama mesmo após o início dos pagamentos nos termos do Plano Original. Caso venha a ocorrer, os credores serão pagos nos mesmo termos do item 8, descontados os pagamentos até então realizados em conformidade com a proposta do Plano Original.

7.2.2 Cronograma de Alienação Direta

- a) As Recuperandas terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a apresentação de propostas vinculantes dos interessados na aquisição do Imóvel Umuarama, contados a partir do início do procedimento de Alienação Direta;
- b) O proponente declarado Vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias da data da homologação de sua proposta para realizar o depósito judicial, nos termos de sua proposta.

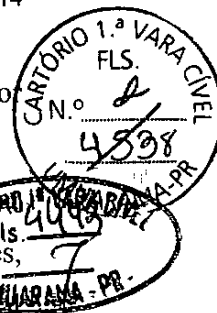
7.2.3 Condições para Propostas de Aquisição:

Serão consideradas válidas as propostas de aquisição que obedecerem as seguintes condições:



14

- a) O valor mínimo de oferta para aquisição será o menor valor, desde que superior ao preço vil a ser determinado pelo Juízo da RJ;
- b) Em caso de propostas com pagamentos a prazo, o proponente deverá prestar garantia idônea e estas não poderão prever prazo superior a 12 (doze) meses, com valor mínimo de sinal à vista de 30% (trinta por cento) do valor total ofertado, corrigidos pela Taxa Selic vigente na época.



8. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COM A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL UMUARAMA

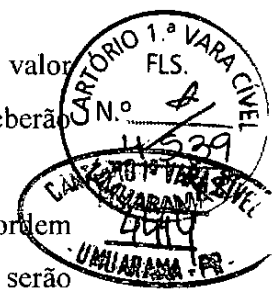
O produto da alienação do Imóvel Umuarama, realizada de forma judicial ou direta, será destinado para os investimentos e pagamentos de credores, nos grupos e ordem estabelecidos abaixo:

- a) Pagamento integral dos créditos extraconcursais referente a honorários dos profissionais diretamente ligados ao processo de recuperação judicial como Administrador Judicial, Consultoria responsável pelo plano de recuperação e os Advogados patronos das Recuperandas até o limite de R\$ 550 mil (quinhentos e cinquenta mil reais);
- b) Todos os gastos incorridos com a alienação do Imóvel Umuarama, como honorários de Corretores, caso existam, tributos, avaliações, tudo diretamente relacionado a este procedimento, até o limite de 3% (três por cento) do valor de alienação;
- c) Pagamento integral de todos os Créditos Trabalhistas devidamente atualizados e remunerados nos termos do item 9;
- d) Pagamento de 60% (sessenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, devidamente atualizados e remunerados nos termos do item 9;
- e) Destinação de 20% (vinte por cento) do valor de alienação para recomposição do capital de giro das Recuperandas e para os investimentos necessários para continuidade dos negócios;
- f) Destinação de 10% (dez por cento) do valor de alienação para o pagamento de parte do passivo tributário das Recuperandas;
- g) O saldo após os pagamentos dos itens “a” a “f” anteriormente descritos, será destinado integralmente para o pagamento dos Créditos Quirografários;

Destaca-se que com base na lista de credores apresentada pelas Recuperandas e o valor mínimo previsto na primeira Alienação Judicial, os Credores Quirografários receberão aproximadamente 53% (cinquenta e três por cento) de seus créditos.

Ressalta-se que em caso de venda a prazo, os credores receberão seus créditos na ordem de pagamento estabelecida acima, onde em cada parcela recebida os recursos serão distribuídos entre os credores de cada grupo de pagamento de forma proporcional ao valor do crédito de cada credor.

Com os pagamentos que se referem os itens “d” e “g” acima, os Credores Sujeitos outorgam quitação integral em relação ao total dos Créditos Sujeitos para nada mais poderem reclamar contra as Recuperandas.



9. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Os Créditos Quirografários serão atualizados e remunerados a partir da Data de Homologação da recuperação judicial pela TR - Taxa Referencial, criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao ano.

Os pagamentos de juros e atualização monetária ocorrerão juntamente com os pagamentos do principal e serão calculados aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados mensalmente, pelo sistema de juros compostos, e incidirão sobre a parcela corrigida. Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a valer os novos índices que vierem a substituí-los.

10. AUSÊNCIA DE SUCESSÃO E GRAVAMES.

O Imóvel Umuarama será alienado ao adquirente livre e desembaraçado de quaisquer ônus, nos termos do artigo 60 da LFR c/c arts. 141, II, 142, 144 e 145 que remete à alteração ao Código Tributário Nacional feita pela LC 118, de 09/02/2005, no seu art. 133, § 1º, inciso II. Em nenhuma hipótese o adquirente sucederá as Recuperandas em qualquer de suas dívidas ou obrigações, inclusive as tributárias e trabalhistas, estando ou não relacionadas ao Imóvel Umuarama, direta ou indiretamente. Ademais, serão considerados desconstituídos todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o Imóvel Umuarama, incluindo, sem limitação, as garantias outorgadas e quaisquer outros direitos adquiridos por qualquer credor com relação ao Imóvel Umuarama.

11. PASSIVO TRIBUTÁRIO

Além do pagamento previsto no item "8f" deste Aditivo ao PRJ foi prevista a destinação de parte da geração de caixa das Recuperandas para a administração do atual passivo tributário e previdenciário, estadual e federal através da destinação de um percentual do seu faturamento, que será de 0,5% (meio por cento) no primeiro ano após a Data de Homologação, 1% (um por cento) no segundo ano e 2% (dois por cento) do terceiro ano em diante.

Diante da ausência de regulamentação dos artigos 6º, § 7º e 68º da LRF, a destinação destes recursos para a administração do atual passivo tributário não implicará em reconhecimento ou em confissão de dívida fiscal. Também não vincula as Recuperandas e nem o Fisco às condições aqui projetadas, servindo, apenas, de parâmetro.

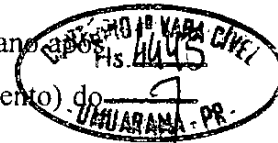
Por se tratar de credor não sujeito aos procedimentos da recuperação judicial e não ser uma proposta vinculante, caso por qualquer motivo não sejam realizados os pagamentos ao Fisco previstos neste Aditivo ao PRJ, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação, nos termos § 1º do artigo 61 da LRF.

12. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

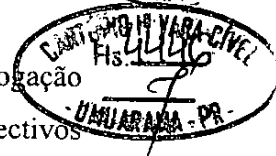
As disposições deste Aditivo ao PRJ farão parte integrante do Plano Original, tornando as disposições propostas no Plano Original juntamente com as disposições deste Aditivo ao PRJ o conjunto de disposições que formam o plano de recuperação judicial das Recuperandas.

13. INVALIDADE PARCIAL

Se quaisquer cláusulas ou disposições deste Aditivo ao PRJ ou do Plano Original forem declaradas nulas, ilegais, inexecutáveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração, não afetará ou prejudicará a validade das demais cláusulas e disposições, que se manterão em pleno vigor, eficazes e executáveis. Não obstante, nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade parcial, as Recuperandas deverão rever este Aditivo ao PRJ ou o Plano Original para substituir as cláusulas e disposições consideradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela lei aplicável, efeitos equivalentes, mantendo-se os efeitos daquelas que não foram declaradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis.



17



14. OBRIGAÇÕES COM A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E ESTE ADITIVO

A aprovação do Plano Original e este Aditivo ao PRJ e a sua respectiva homologação pelo Juízo da RJ vincula e obriga as Recuperandas, assim como seus respectivos sucessores e implica na suspensão da exigibilidade de todos os Créditos Sujeitos, observado o disposto no artigo 59 da LFR até a conclusão das operações previstas, com o consequente pagamento dos credores.

15. ENCERRAMENTO DO PROCESSO

Com a implementação da alienação do Imóvel Umuarama e o efetivo pagamento dos credores, nos termos deste Aditivo ao PRJ, as Recuperandas poderão solicitar o encerramento de seu processo de recuperação judicial junto ao Juízo da RJ, dando assim por encerrada e cumprida com todas as obrigações previstas neste documento.

16. LEI APLICÁVEL

Este Aditivo ao PRJ é regida e deve ser interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

17. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

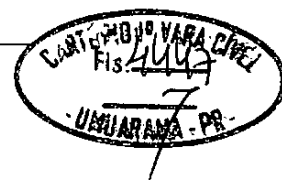
Fica eleito o Juízo da Recuperação para dirimir todas e quaisquer controvérsias decorrentes do Plano Original e deste Aditivo ao PRJ, sua aprovação, alteração e/o cumprimento, inclusive em relação à tutela de bens e ativos essenciais para a implementação do Aditivo ao PRJ, até o encerramento da recuperação judicial. Após, fica eleito o Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná.

Umuarama, 30 de janeiro de 2013.

18



CAPELATI E CIA LTDA.
em Recuperação Judicial



AGROPECUÁRIA INVERNADA REDONDA LTDA.
em Recuperação Judicial

NAGA COMÉRCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA.
em Recuperação Judicial

SANTA GEMMA ALIMENTOS LTDA.
em Recuperação Judicial

ERIMAR ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS S/S LTDA.